



RELATÓRIO ANUAL EXERCÍCIO 2018

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TORITAMA



Sumário

1. Introdução.....	3
2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.	3
2.1 - Análises da Execução Orçamentária.....	3
2.1.1. – Resultado Orçamentário.....	4
a) Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA):	4
b) Quociente de Execução de Despesa (QED):.....	5
2.1.2. – Receita Arrecadada.....	6
2.1.3. – Despesa Executada	10
2.2 - Análise Financeira e Patrimonial.....	14
2.2.1. Índices de Liquidez	14
2.2.1.1. Líquidez Imediata	14
2.2.1.2. Líquidez Corrente.....	15
2.2.2. Dívida Ativa.....	15
2.2.3. Restos a pagar	16
2.2.4. Dívida Consolidada	17
3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores.....	18
5. <i>Despesa total com pessoal</i>	21
6. <i>Dívida Consolidada Líquida</i>	23
7. <i>Operação de Crédito</i>	24
9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.....	25
10. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.....	26
11. Dados relevantes:.....	26
12. Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2018. 28	
13. Auditorias realizadas:.....	31
14. Demandas atendidas na Ouvidoria Municipal	32
15. Sistema de Informação ao Cidadão- SIC FÍSICO/e-SIC.....	32
16. Considerações Finais.....	33



1. Introdução

O presente relatório tem como premissa sintetizar as ações da Controladoria Geral do Município no Exercício 2018, em consonância com a Resolução TC nº. 48, de 19 de dezembro de 2018, item 27 (Prestação de Contas de Gestão).

O Controle Interno tem por finalidade averiguar a regularidade dos atos da Administração Pública, contribuindo para a efetividade das ações públicas e apoiando o Controle Externo no exercício de sua missão institucional. De acordo Botelho:

É o controle realizado pelo próprio órgão executor no âmbito de sua própria administração, exercido de forma adequada, capaz de propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de forma eficaz, eficiente e com a necessária economicidade (Ex. Sist. Controle Interno, Auditoria Interna, Controladoria Municipal) "(2006, p.27)".

O sistema de Controle Interno contribui exponencialmente para boas práticas de gestão, ajudando o Administrador Público a ser mais efetivo. Sendo assim, atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, Lei Complementar Municipal nº. 002/2017 que instituiu a Controladoria Geral do Município e os artigos 75 a 82 da Lei 4.320/1964, os artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, sendo assim a Controladoria Geral de Controle Interno no uso de suas atribuições e em atendimento ao que preceitua os dispositivos legais, procurou pautar suas ações nos princípios que o regem, fazendo recomendações aos gestores e acompanhamento da gestão nos aspectos orçamentário, patrimonial, financeiro e contábil. Em síntese, abaixo encaminhamos alguns pontos observados no exercício de 2018.

2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

2.1 - Análises da Execução Orçamentária

A estimativa de receita e a fixação da despesa do exercício de 2018, conforme Lei Municipal nº 1.586, de 11/12/2017, foi aprovada da seguinte forma:

LOA		Receita Estimada	Despesa Fixada	%
Orçamento Fiscal		R\$ 146.372.156,00	R\$ 122.842.645,60	72,49%
Orçamento da Seguridade Social	Saúde	R\$ 21.967.000,00	R\$ 39.643.510,40	23,39%
	Assistência Social	R\$ 1.127.000,00	R\$ 6.980.000,00	4,12%
TOTAL		169.466.156,00	169.466.156,00	100,00%

Fonte: Lei Municipal nº 1.586/2017 - Lei Orçamentária Anual 2018

Com relação aos créditos adicionais, a Lei Orçamentária Anual 2018 autorizada previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, conforme dispõe a LOA, em seu artigo 8º.

Portanto, o art. 8º da Lei Municipal nº 1.586/2017, autoriza suplementar até o montante de R\$ 50.839.846,80, conforme quadro demonstrativo abaixo:



VALOR DO ORÇAMENTO GERAL	R\$	169.466.156,00
LIMITE DE SUPLEMENTAÇÃO EM PERCENTUAL, CONFORME LOA	30%	Art. 8º
VALOR CORRESPONDENTE A SUPLEMENTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA	R\$	50.839.846,80

Em 31/08/2018 e 22/11/2018 foi autorizado abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do Município, através das Leis nºs 1.628/2018 (R\$ 25.816.549,90) e 1.644/2018 (R\$ 6.997.000). Perfazendo o montante de até R\$ 83.653.396,70 para suplementar.

A seguir evidenciam-se algumas análises referentes à execução do orçamento.

2.1.1. – Resultado Orçamentário

A execução Orçamentária do Município de Toritama, no exercício de 2018, ocorreu conforme exposto:

DESCRIÇÃO	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita	169.466.156,00	85.400.659,60	50,39%
Despesa (considerando as alterações d	169.466.156,00	87.879.124,54	51,86%
Déficit de Execução Orçamentária		- 2.478.464,94	

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64

Quanto aos créditos adicionais, que são as autorizações de despesa não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, observou-se a abertura de R\$ 77.932.897,89, dentro do limite preconizado no dispositivo legal (arts. 8º da Lei nº 1.586/2017 e Leis nºs 1.628/2018 e 1.644/2018).

A seguir são calculados os quocientes de desempenho da arrecadação e de execução da despesa referente aos exercícios de 2016 a 2018:

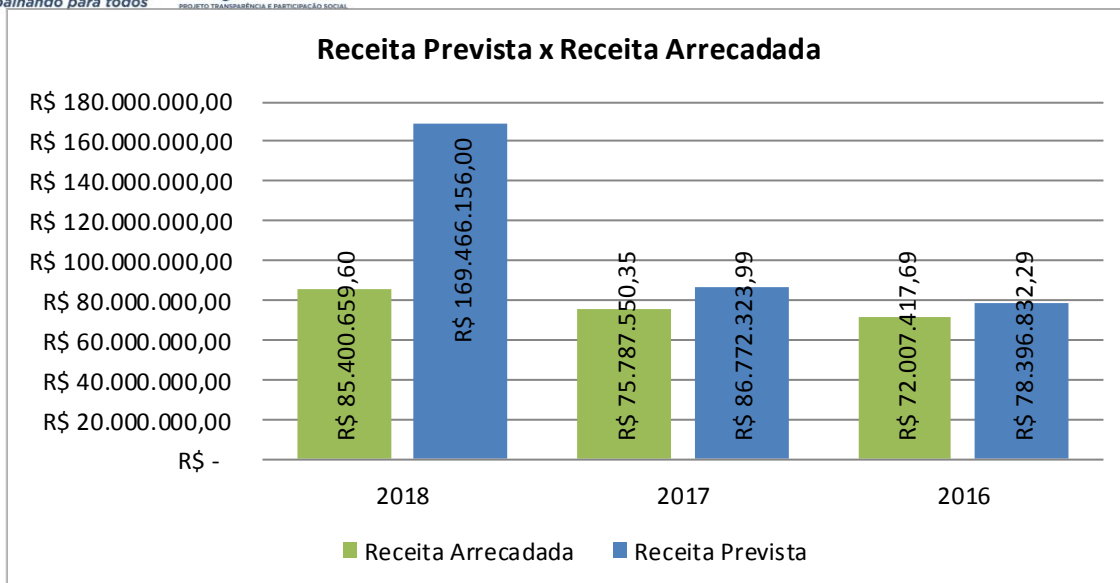
a) Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA):

Exercício	2018	2017	2016
Receita arrecadada	R\$ 85.400.659,60	R\$ 75.787.550,35	R\$ 72.007.417,69
Previsão Inicial da Receita	R\$ 169.466.156,00	R\$ 86.772.323,99	R\$ 78.396.832,29

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA)			
EXERCÍCIO	2018	2017	2016
QDA (Receita Arrecadada / Previsão Inicial da Receita)	0,50	0,87	0,92

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas



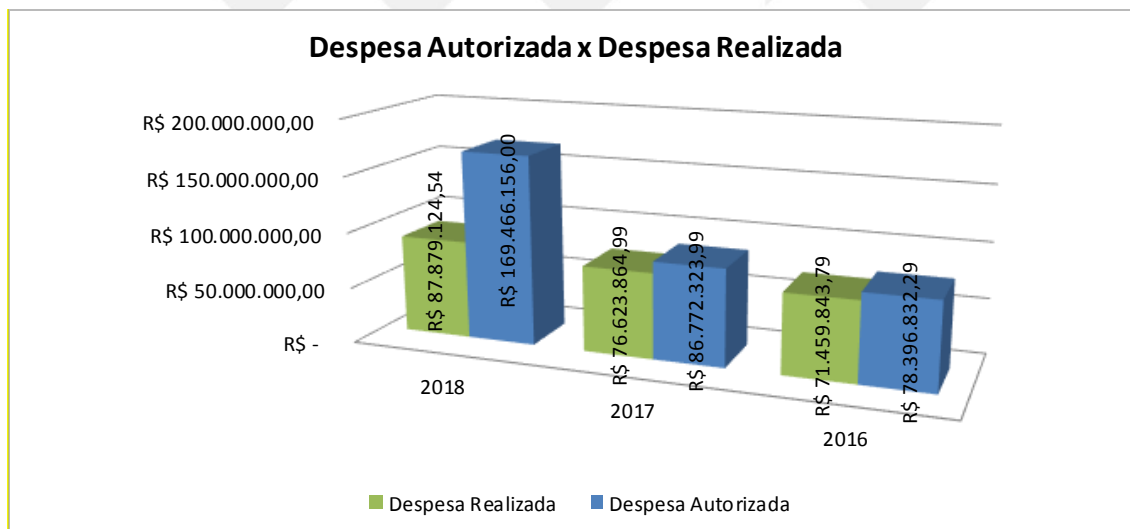
O quociente de desempenho da arrecadação foi de 0,50, indicando que para cada R\$ 1,00 previsto, foi arrecadado R\$ 0,50, resultando em arrecadação abaixo da estimativa.

b) Quociente de Execução de Despesa (QED):

Exercício	2018	2017	2016
Despesa Orçamentária Realizada	R\$ 87.879.124,54	R\$ 76.623.864,99	R\$ 71.459.843,79
Despesa Orçamentária Autorizada	R\$ 169.466.156,00	R\$ 86.772.323,99	R\$ 78.396.832,29

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Execução de Despesa (QED)			
EXERCÍCIO	2018	2017	2016
QED (Despesa Orçamentária Realizada / Despesa Orçamentária Autorizada)	0,52	0,88	0,91





Por este quociente, para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, foi empenhada R\$ 0,52, resultando em economia orçamentária.

Vale ressaltar que o Município para cada R\$ 0,50 arrecadado foi executado R\$ 0,52 de despesas, diferença apenas de R\$ 0,02 a maior na despesa empenhada, evidenciando desta forma, que a administração, mesmo no cenário de baixo crescimento do país, de limitações financeiras impostas pelo fraco desempenho da economia nacional, buscou equilibrar as finanças do Município.

2.1.2. – Receita Arrecadada

A receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 85.400.659,60, conforme o quadro abaixo. A composição das receitas no exercício se apresentou da seguinte forma:

RECEITA	EXERCÍCIO DE 2018		EXERCÍCIO DE 2018		DIFERENÇA ARRECADADA A MENOR
	ORÇADO	% DO TOTAL	ARRECADADA	% DO TOTAL	
RECEITA CORRENTE	124.420.200,00	73,42%	90.850.610,56	106,38%	33.569.589,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.131.000,00	5,98%	8.850.533,68	10,36%	1.280.466,32
Receita de Contribuições	1.674.000,00	0,99%	1.718.478,40	2,01%	44.478,40
Receita Patrimonial	1.909.000,00	1,13%	157.121,89	0,18%	1.751.878,11
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita Industrial	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita de Serviços	1.000,00	0,00%	1.327.785,01	1,55%	1.326.785,01
Transferências Correntes	110.231.200,00	65,05%	78.472.486,40	91,89%	31.758.713,60
Outras Receitas Correntes	474.000,00	0,28%	324.205,18	0,38%	149.794,82
RECEITA DE CAPITAL	53.865.156,00	31,79%	2.909.837,63	3,41%	50.955.318,37
Operações de Crédito	5.000.000,00	2,95%	-	0,00%	5.000.000,00
Alienação de Bens	-	0,00%	-	0,00%	-
Amortização de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Capital	48.865.156,00	28,83%	2.909.837,63	3,41%	45.955.318,37
Outras Receitas de Capital	-	0,00%	-	0,00%	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 8.819.200,00	-5,20%	- 8.359.788,59	-9,79%	459.411,41
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL DA RECEITA	169.466.156,00	100,00%	85.400.659,60	100,00%	84.065.496,40

RECEITA (CONSOLIDADA)	Diferença	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
RECEITA ARRECADADA R\$ 85.400.659,60	R\$ 84.065.496,40	50,39%

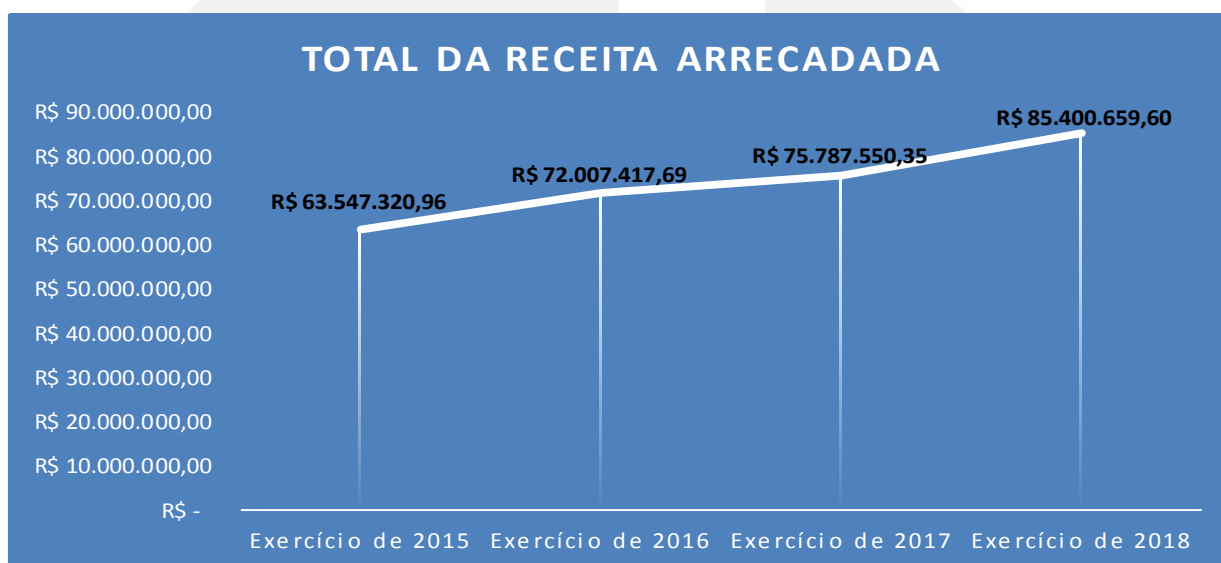
A receita prevista para o exercício de 2018 foi de R\$ 169.466.156,00, sendo realizado o total de receitas de R\$ 85.400.659,60 atingindo o percentual de aplicação de 50,39%, ou seja, o Município de Toritama arrecadou a menor R\$ 84.065.496,40.

A seguir demonstra-se a série histórica de arrecadação total do Município no período de 2015 a 2018:



RECEITA	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Exercício de 2017		Exercício de 2018	
	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL
RECEITA CORRENTE	62.037.684,79	97,62%	71.115.932,41	98,76%	74.754.334,02	98,64%	82.490.821,97	96,59%
Receita Tributária	3.664.853,99	5,77%	4.225.777,48	5,87%	6.200.239,21	8,18%	6.978.506,84	8,17%
IPTU	654.574,24	1,03%	712.081,37	0,99%	991.689,09	1,31%	1.573.747,77	1,84%
ISS	1.026.386,52	1,62%	1.051.963,43	1,46%	1.214.432,38	1,60%	1.293.920,21	1,52%
Taxas	972.186,39	1,53%	1.089.561,09	1,51%	1.957.935,66	2,58%	2.038.224,76	2,39%
IRRF	956.236,61	1,50%	1.268.620,35	1,76%	1.959.975,55	2,59%	1.961.005,26	2,30%
Outras Receitas Tributárias	55.470,23	0,09%	103.551,24	0,14%	76.206,53	0,10%	111.608,84	0,13%
Receita de Contribuições	1.495.871,95	2,35%	1.516.854,89	2,11%	1.608.009,26	2,12%	1.718.478,40	2,01%
Receita Patrimonial	491.659,10	0,77%	1.730.692,79	2,40%	659.473,89	0,87%	157.121,89	0,18%
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Receita Industrial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Receita de Serviços	148.090,17	0,23%	186.422,75	0,26%	121.727,04	0,16%	1.327.785,01	1,55%
Transferências Correntes	55.400.019,17	87,18%	62.481.720,51	86,77%	63.593.101,53	83,91%	70.112.697,81	82,10%
Cota-Parte do FPM (inclusive 1% de julho e dezembro)	23.051.563,75	36,27%	26.763.970,14	37,17%	25.801.161,35	34,04%	30.597.946,30	35,83%
Transf. de Recursos do SUS - FNS	5.086.707,31	8,00%	5.987.984,35	8,32%	5.597.785,78	7,39%	7.201.208,54	8,43%
Transf. de Recursos do FNAS	366.553,00	0,58%	725.020,44	1,01%	807.613,24	1,07%	862.185,82	1,01%
Transf. de Recursos do FNDE	1.961.991,24	3,09%	2.229.348,52	3,10%	1.968.469,08	2,60%	2.142.476,01	2,51%
FUNDEB	19.656.764,63	30,93%	21.338.185,23	29,63%	23.066.381,40	30,44%	23.368.487,58	27,36%
ICMS	9.449.586,78	14,87%	9.968.886,59	13,84%	10.363.093,84	13,67%	10.899.308,73	12,76%
IPVA	1.768.857,31	2,78%	2.313.558,43	3,21%	2.386.449,89	3,15%	2.694.016,68	3,15%
Outras Transferências Correntes	683.670,66	1,08%	603.509,62	0,84%	896.216,36	1,18%	706.856,74	0,83%
(-) Deduções da Receita	- 6.625.675,51	-10,43%	- 7.448.742,81	-10,34%	- 7.294.069,41	-9,62%	- 8.359.788,59	-9,79%
Outras Receitas Correntes	837.190,41	1,32%	974.463,99	1,35%	2.571.783,09	3,39%	2.196.232,02	2,57%
Dívida Ativa	750.261,58	1,18%	888.472,41	1,23%	1.660.092,96	2,19%	1.737.565,31	2,03%
Demais Receitas	86.928,83	0,14%	85.991,58	0,12%	911.690,13	1,20%	458.666,71	0,54%
RECEITA DE CAPITAL	1.509.636,17	2,38%	891.485,28	1,24%	1.033.216,33	1,36%	2.909.837,63	3,41%
Operações de Crédito	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Alienação de Bens	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Amortização de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Transferências de Capital	1.509.636,17	2,38%	891.485,28	1,24%	1.033.216,33	1,36%	2.909.837,63	3,41%
Outras Receitas de Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL DA RECEITA	63.547.320,96	100%	72.007.417,69	100%	75.787.550,35	100%	85.400.659,60	100%

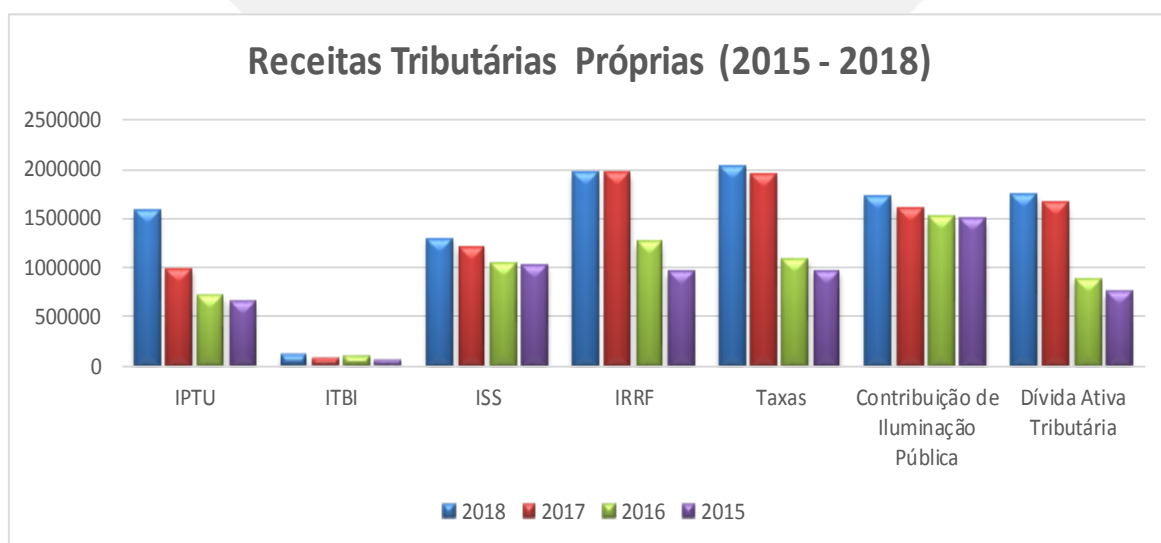
FONTE: Informações extraídas das prestações de contas dos respectivos exercícios.





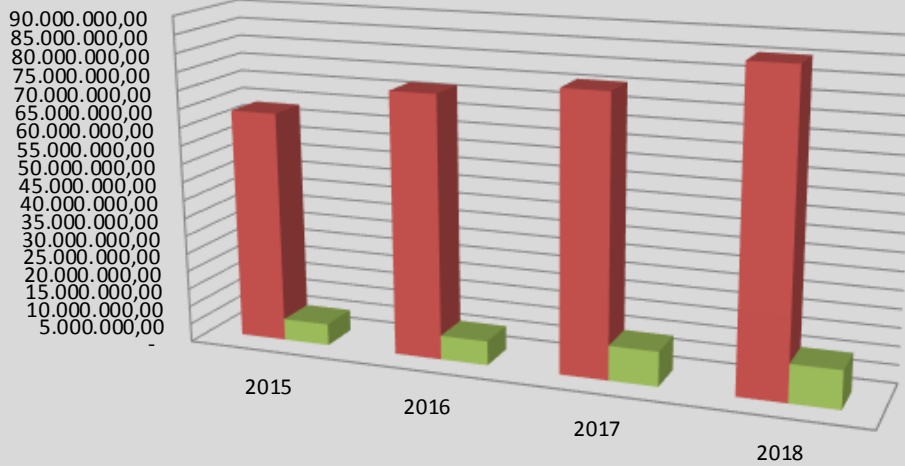
As receitas tributárias próprias (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária) do Município de Toritama perfizeram em 2018 um total de R\$ **10.434.550,55**, equivalentes a **12,22% das receitas orçamentárias arrecadadas**. Segue abaixo a série histórica da receita tributária própria entre 2015 a 2018:

Receitas Tributárias Próprias	Estimativa de Receita 2018	Receitas Tributárias Próprias Arrecadadas				
		2018	Varições (%) 2018/2017	2017	2016	2015
IPTU	897.000,00	1.573.747,77	58,69%	991.689,09	712.081,37	654.574,24
ITBI	115.000,00	111.608,84	46,46%	76.206,53	103.551,24	55.470,23
ISS	1.160.000,00	1.293.920,21	6,55%	1.214.432,38	1.051.963,43	1.026.386,52
IRRF	1.136.000,00	1.961.005,26	0,05%	1.959.975,55	1.268.620,35	956.236,61
Taxas	1.561.000,00	2.038.224,76	4,10%	1.957.935,66	1.089.561,09	972.186,39
Contribuição de Iluminação Pública	1.674.000,00	1.718.478,40	6,87%	1.608.009,26	1.516.854,89	1.495.871,95
Dívida Ativa Tributária	5.142.000,00	1.737.565,31	4,67%	1.660.092,96	888.472,41	750.261,58
TOTAL	11.685.000,00	10.434.550,55	10,20%	9.468.341,43	6.631.104,78	5.910.987,52





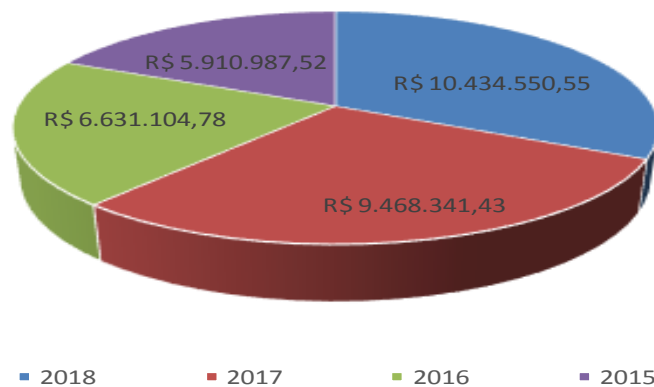
Evolução da Receita Total e Receita Tributária Própria (2015 - 2018)



	2015	2016	2017	2018
■ Receita Total	63.547.320,96	72.007.417,69	75.787.550,35	85.400.659,60
■ Receita Tributária Própria	5.910.987,52	6.631.104,78	9.468.341,43	10.434.550,55

■ Receita Total ■ Receita Tributária Própria

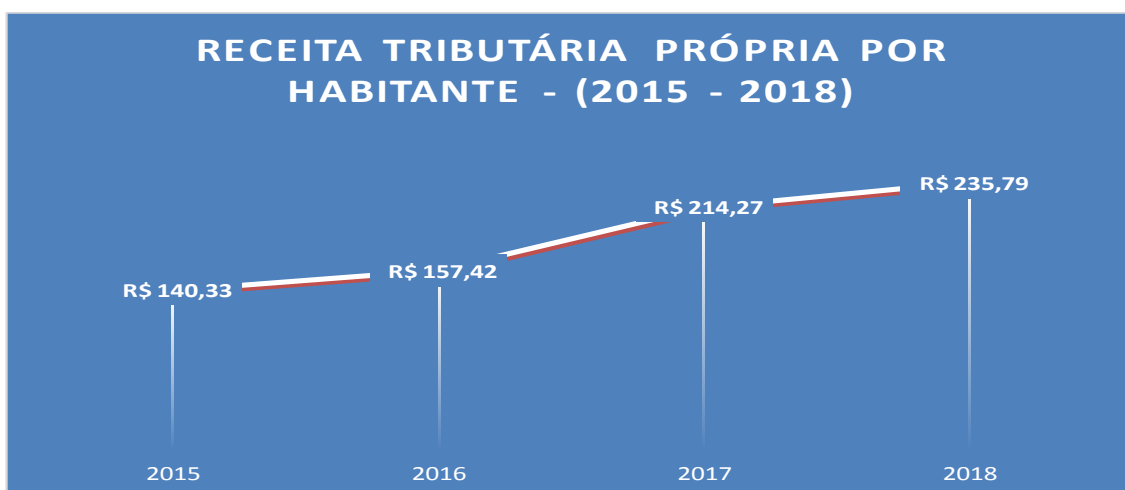
Evolução da Receita Tributária Própria



Em 2018, o município possui uma população total de 44.254 habitantes, gerando uma receita tributária própria por habitante de R\$ 235,79.

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA POR HABITANTE	<u>10.434.550,55</u>	235,79
	44.254	

Entre 2015 e 2018, a situação da receita tributária própria por habitante foi a seguinte:

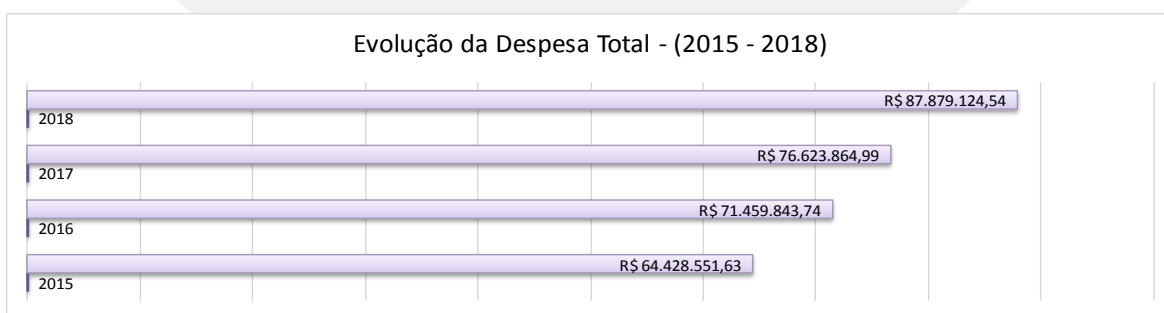
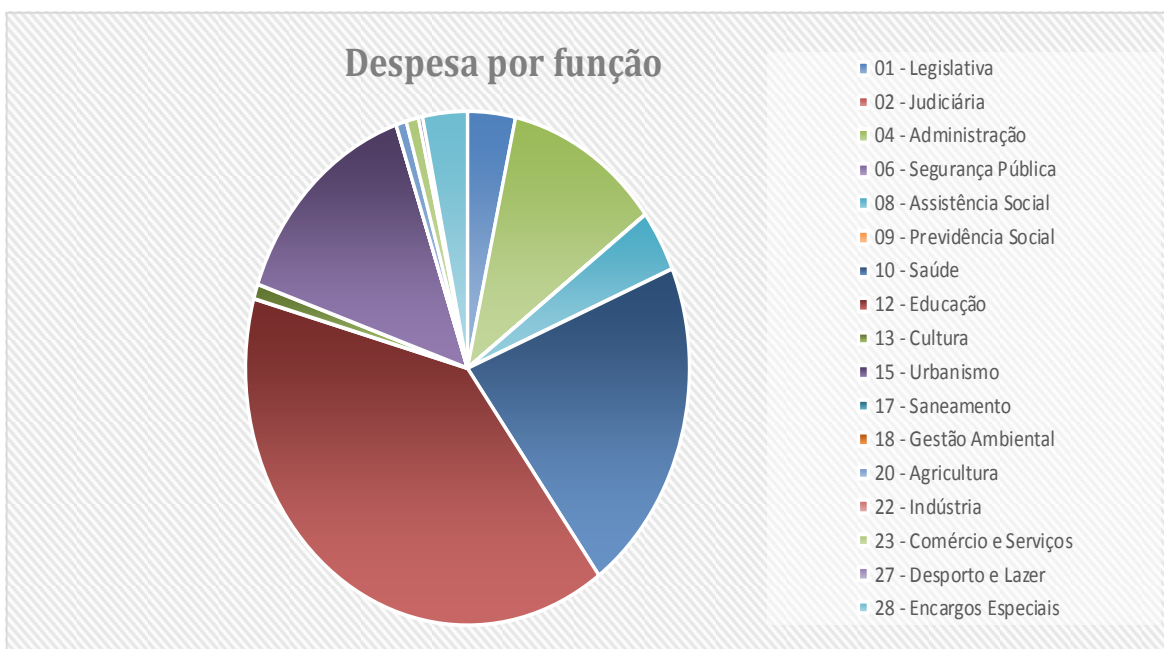


Fonte: Considerando a população de 42.123 habitantes em 2015 e 2016, 44.189 habitante em 2017 e 44.254 habitantes em 2018.

2.1.3. – Despesa Executada

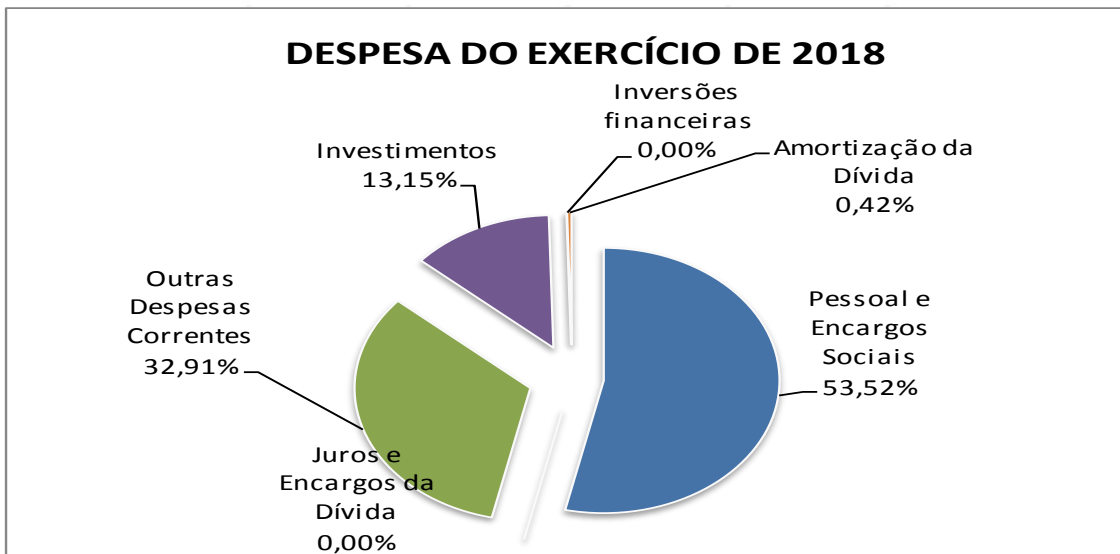
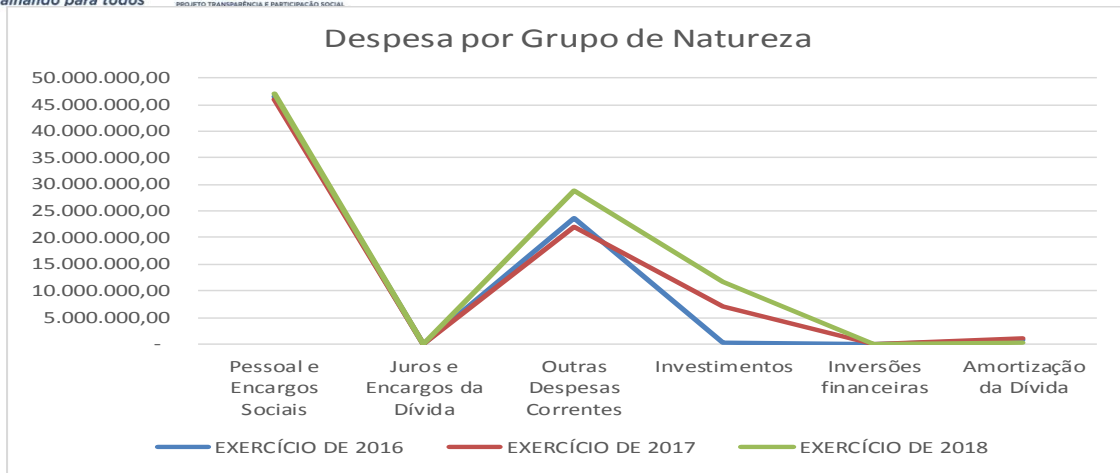
Entre 2015 e 2018, a despesa por função executada comportou-se da seguinte forma:

FUNÇÃO	EXERCÍCIO DE 2015		EXERCÍCIO DE 2016		EXERCÍCIO DE 2017		EXERCÍCIO DE 2018	
	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO
01 - Legislativa	2.242.398,84	3,48%	2.425.104,30	3,39%	2.744.364,74	3,58%	2.926.141,82	3,33%
02 - Judiciária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	513.832,85	0,58%
03 - Essencial à Justiça	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
04 - Administração	7.283.721,68	11,31%	8.566.340,30	11,99%	10.417.822,16	13,60%	11.820.387,78	13,45%
05 - Defesa Nacional	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
06 - Segurança Pública	6.500,00	0,01%	4.500,00	0,01%	211.601,82	0,28%	1.213.854,60	1,38%
07 - Relações Exteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
08 - Assistência Social	2.501.635,95	3,88%	2.518.019,00	3,52%	3.499.757,55	4,57%	3.714.162,99	4,23%
09 - Previdência Social	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	261.577,84	0,30%
10 - Saúde	13.680.460,50	21,23%	15.040.284,77	21,05%	17.125.231,77	22,35%	18.929.614,27	21,54%
11 - Trabalho	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12 - Educação	25.415.994,04	39,45%	28.809.187,76	40,32%	31.010.916,50	40,47%	33.812.069,95	38,48%
13 - Cultura	605.083,40	0,94%	1.154.528,48	1,62%	1.320.283,94	1,72%	1.792.078,42	2,04%
14 - Direitos da Cidadania	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
15 - Urbanismo	9.332.550,10	14,49%	9.249.183,69	12,94%	8.247.539,34	10,76%	10.230.235,98	11,64%
16 - Habitação	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
17 - Saneamento	1.848,15	0,00%	125.524,69	0,18%	-	0,00%	-	0,00%
18 - Gestão Ambiental	-	0,00%	-	0,00%	838.259,50	1,09%	1.599.740,53	1,82%
19 - Ciência e Tecnologia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
20 - Agricultura	488.152,01	0,76%	884.008,80	1,24%	202.197,41	0,26%	3.401,04	0,00%
21 - Organização Agrária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
22 - Indústria	-	0,00%	-	0,00%	59.280,68	0,08%	-	0,00%
23 - Comércio e Serviços	579.821,81	0,90%	742.037,25	1,04%	202.457,96	0,26%	225.000,00	0,26%
24 - Comunicações	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
25 - Energia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
26 - Transporte	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
27 - Desporto e Lazer	195.759,19	0,30%	604.878,45	0,85%	42.870,04	0,06%	-	0,00%
28 - Encargos Especiais	2.094.625,96	3,25%	1.336.246,25	1,87%	701.281,58	0,92%	837.026,47	0,95%
TOTAL	64.428.551,63	100,00%	71.459.843,74	100,00%	76.623.864,99	100,00%	87.879.124,54	100,00%



Abaixo se verifica o comportamento da despesa por categoria econômica no último triênio (2016-2018):

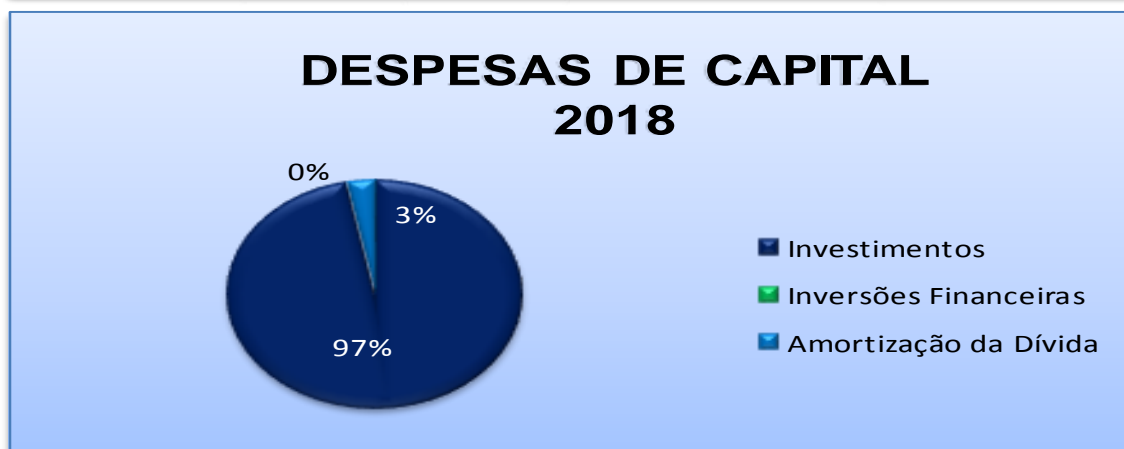
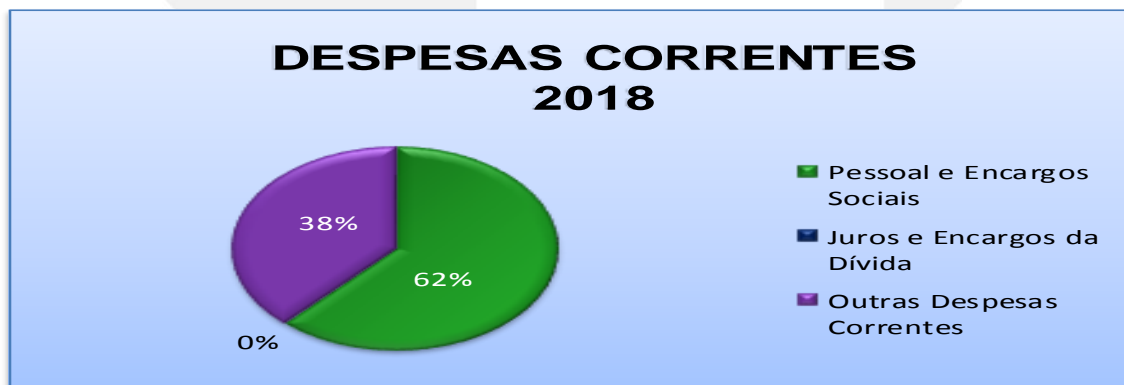
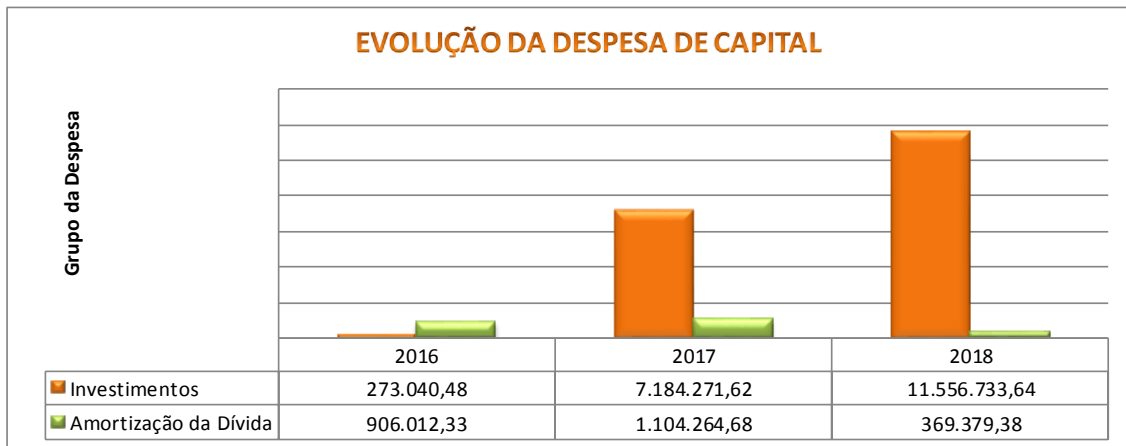
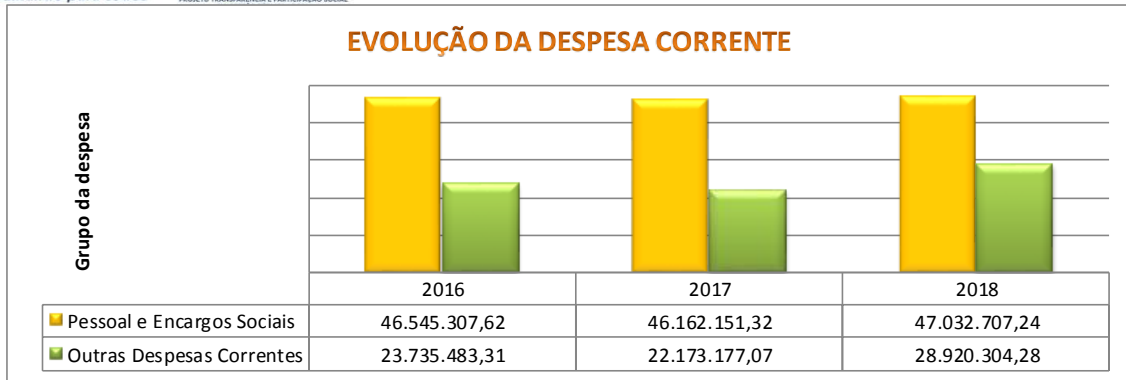
DESPESA POR CATEGORIA	EXERCÍCIO DE 2016	EXERCÍCIO DE 2017	EXERCÍCIO DE 2018
Pessoal e Encargos Sociais	46.545.307,62	46.162.151,32	47.032.707,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23.735.483,31	22.173.177,07	28.920.304,28
Investimentos	273.040,48	7.184.271,62	11.556.733,64
Inversões financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	906.012,33	1.104.264,98	369.379,38



DESPESA (CONSOLIDADA)		SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
DESPESA EMPENHADA	87.879.124,54	81.587.031,46	51,86%
DESPESA REALIZADA (LIQUIDADA)	87.458.307,10		

A despesa executada representa percentualmente 51.86% da despesa fixada, enquanto a receita arrecadada corresponde ao percentual de 50,39% da receita prevista, resultando em um déficit orçamentário no valor de R\$ 2.478.464,94.

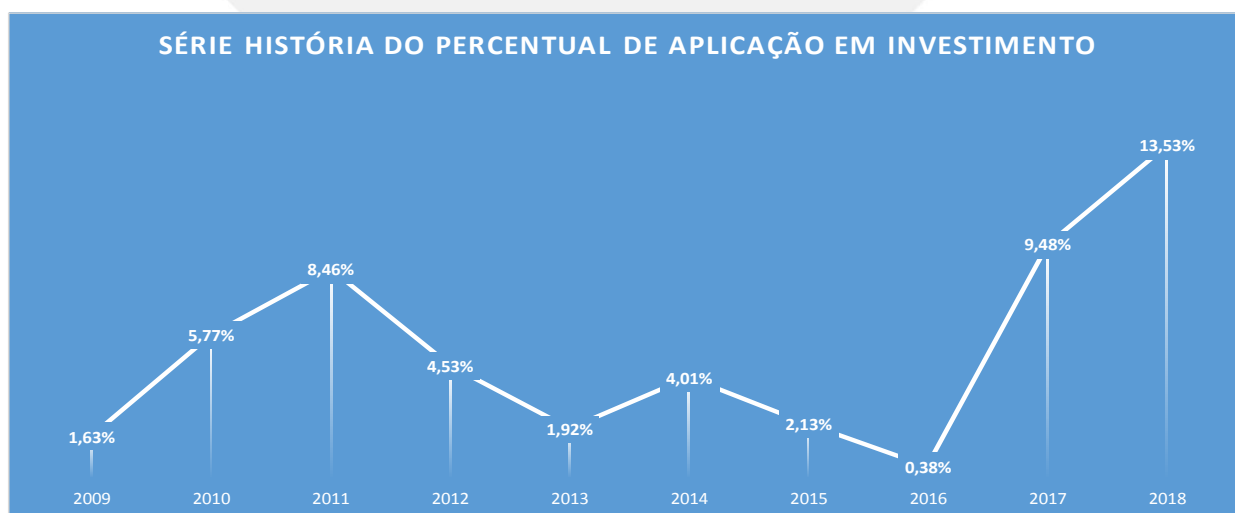
Abaixo verifica-se a despesa por categoria econômica:





Segue abaixo, série histórica do percentual de aplicação com investimentos relativo ao total da receita realizada:

SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE APLICAÇÃO COM INVESTIMENTOS RELATIVO AO TOTAL DA RECEITA REALIZADA				
EXERCÍCIO	TOTAL DA RECEITA ARRECADADA (A)	TOTAL DA DESPESA COM INVESTIMENTOS (B)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO C=(B/A)	
2009	R\$ 25.152.123,18	R\$ 410.983,90	1,63%	
2010	R\$ 30.234.116,60	R\$ 1.745.589,27	5,77%	
2011	R\$ 37.088.882,58	R\$ 3.139.233,01	8,46%	
2012	R\$ 41.370.229,12	R\$ 1.872.923,80	4,53%	
2013	R\$ 49.116.021,95	R\$ 944.569,75	1,92%	
2014	R\$ 59.948.758,68	R\$ 2.400.974,76	4,01%	
2015	R\$ 63.547.320,96	R\$ 1.352.586,89	2,13%	
2016	R\$ 72.007.417,69	R\$ 273.040,48	0,38%	
2017	R\$ 75.787.550,35	R\$ 7.184.271,62	9,48%	
2018	R\$ 85.400.659,60	R\$ 11.556.733,64	13,53%	



2.2 - Análise Financeira e Patrimonial

2.2.1. Índices de Liquidez

2.2.1.1. Líquidez Imediata

A liquidez imediata demonstra a capacidade do município em honrar imediatamente suas dívidas de curto prazo (passivo circulante), contando apenas com os recursos em caixa e bancos, ou seja, suas disponibilidades. A seguir observa-se o indicador ao longo dos exercícios de 2016 a 2018:



Descrição	2018	2017	2016
Disponível	6.647.021,69	6.169.007,57	5.532.218,41
Passivo Circulante	8.408.603,82	11.206.240,32	10.803.447,01
LÍQUIDEZ IMEDIATA	- 1.761.582,13	- 5.037.232,75	- 5.271.228,60
Índice de Liquidez Imediata	0,79	0,55	0,51

Fonte: Balanço Patrimonial

Verifica-se que o **índice de liquidez imediata** passou de 0,55 para 0,79 em relação ao exercício anterior, demonstra que a Municipalidade não possui recursos disponíveis suficiente para arcar com suas despesas a curto prazo.

2.2.1.2. Líquidez Corrente

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas do município a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos circulantes superiores a ativos de mesma natureza revela restrições na capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo. Segue abaixo o cálculo da liquidez corrente referente aos exercícios de 2016 a 2018:

Descrição	2018	2017	2016
Ativo Circulante	10.341.152,52	12.614.698,97	5.680.379,57
Passivo Circulante	8.408.603,82	11.206.240,32	10.803.447,01
Superávit / Déficit Financeiro	1.932.548,70	1.408.458,65	- 5.123.067,44
Índice de Liquidez Corrente	1,23	1,13	0,53

Fonte: Balanço Patrimonial

A liquidez corrente positiva do município em **2018** demonstra a capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo, onde parte de um indicador de 0,53 em 2016, de 1,13 em 2017 para 1,23 em 2018, um crescimento em sua capacidade de pagamento de **132,08%** em relação ao exercício de 2016.

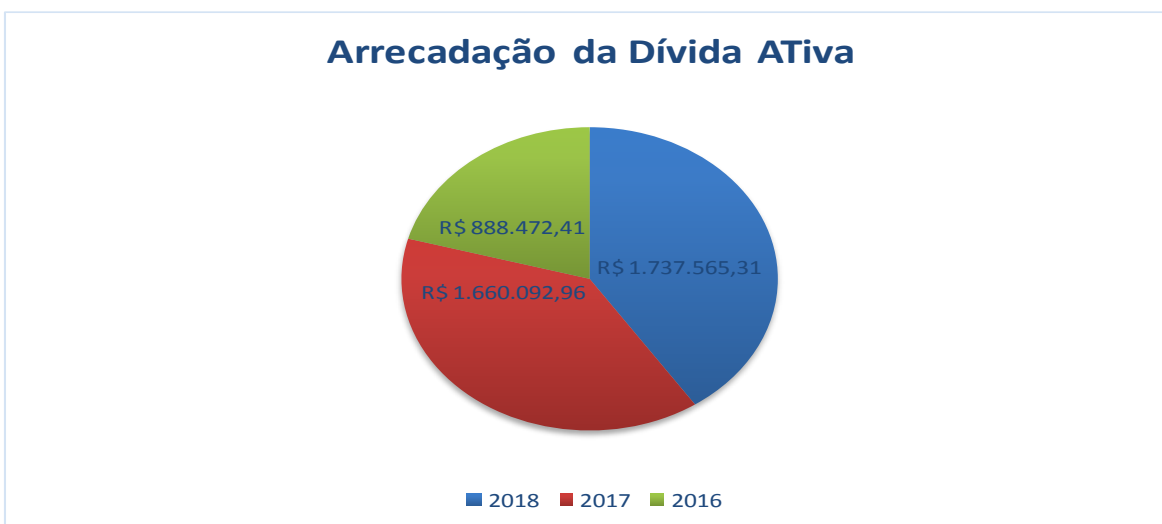
2.2.2. Dívida Ativa

As importâncias referentes a tributos, multas e créditos em favor do município, lançados e não recolhidos no exercício constituem a dívida ativa municipal, que alcançou no exercício de 2018 o valor de R\$ 46.223.483,46 (tributária e não tributária). Verifica-se a seguir a evolução entre os exercícios de 2016 a 2018:



Descrição	2018	2017	2016
Valor da Dívida Ativa	46.223.483,46	39.063.656,13	35.405.445,78
Recebimentos	1.737.565,31	1.660.092,96	888.472,41
% Recebimento	3,76%	4,25%	2,51%

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício



2.2.3. Restos a pagar

No que se refere aos restos a pagar, observam-se os seguintes quocientes de inscrição:

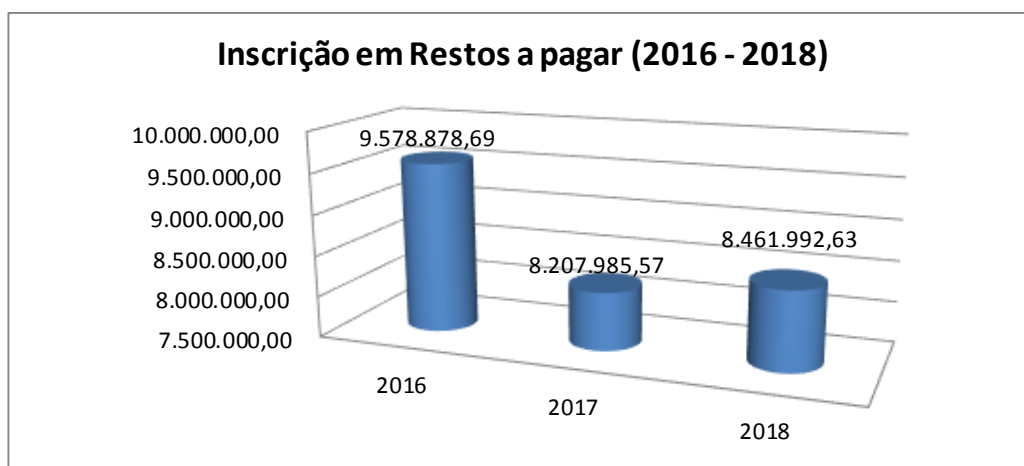
Quociente de inscrição de restos a pagar processados (QIRPP):

QIRPP =	Restos a pagar processados inscritos =	8.041.175,19 =	0,09
	Total da despesa empenhada	87.879.124,54	

Quociente de inscrição de restos a pagar não processados (QIRPNP):

QIRPNP =	Restos a pagar não processados inscritos =	420.817,44 =	0,005
	Total da despesa empenhada	87.879.124,54	

A seguir demonstra-se o comportamento da inscrição em restos a pagar processados e não processados entre os exercícios de 2016 a 2018:



O montante de **R\$ 2.868.194,95** (Restos a pagar processados e não processados), foram cancelados em decorrência de estarem prescritos a 5 (cinco) anos, consoante disposições do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 de acordo com a Lei Federal nº. 4.320/1964.

2.2.4. Dívida Consolidada

A dívida consolidada no exercício de 2018 diminuiu em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 18.443.754,73, para R\$ 17.654.938,51. As tabelas seguintes demonstram os componentes mais representativos da dívida e suas variações no exercício:

Principais Itens da Dívida		
Descrição	Valor (R\$)	% do Total
Outros Contratos	-	0,00%
INSS	17.654.938,51	100,00%
Outras obrigações legais	-	0,00%
TOTAL	17.654.938,51	100,00%

FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)

Variação no Exercício				
Descrição	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	Saldo Final
Outros Contratos	412.693,20	-	412.693,20	-
INSS	18.024.317,89	-	369.379,38	17.654.938,51
Outras obrigações legais	6.743,64	-	6.743,64	-
Precatórios	-	37.423,99	37.423,99	-
TOTAL	18.443.754,73	37.423,99	826.240,21	17.654.938,51

FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)



Conforme informações da tabela anterior, observa-se que o saldo final do exercício de 2018, 100% da dívida consolidada é referente à dívida com o INSS.

3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores

O art. 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, determina que a despesa total do poder legislativo municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior:

Percentual	Descrição
7%	Para Município com população de até 100.000 habitantes
6%	Para Municípios com população entre 100.000 habitantes e 300.000 habitantes
5%	Para Municípios com população entre 300.001 habitantes e 500.000 habitantes
4,5%	Para Municípios com população entre 500.001 habitantes e 3.000.000 de habitantes

Fonte: Redação da EC 58/2009

O § 2º da EC 25/2000, dispõe que o Prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência das seguintes hipóteses:

- I- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo,
- II- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- III- Enviá-lo a menor que a proporção fixada na Lei Orçamentária.

Sendo a população de Toritama na ordem de 44.254 habitantes, aplica-se o índice de 7%, previsto no dispositivo acima, ou seja, aplica-se 7% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Observa-se a seguir o cálculo do limite definido no caput do Art. 29-A da Constituição Federal de 1988:



Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	7.887.016,91
1.1. IPTU	991.689,09
1.2. ISS	1.214.432,38
1.3. ITBI	76.206,53
1.4. IRRF (retido pelo Município)	1.959.975,55
1.5. Taxas	1.957.935,66
1.6. Contribuições de Melhoria	-
1.7. COSIP	1.608.009,26
1.8. Multa e Juros de natureza tributária	78.768,44
2. TRANSFERÊNCIAS	38.696.486,15
2.1. Cota IOF - ouro	-
2.2. Cota ITR	430,77
2.3. Cota IPVA	2.396.523,21
2.4. Cota ICMS	10.363.093,84
2.5. Cota IPI	36.634,28
2.6. Cota FPM	25.801.161,35
2.7. Cota ICMS - Desoneração	21.171,84
2.8. CIDE	77.470,86
2.9. AFM	-
3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.660.092,96
3.1. Dívida Ativa Tributária	1.660.092,96
4. RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA = (1+2+3)	48.243.596,02
5. Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7%
6. Valor do 1º LIMITE = (4x5)	3.377.051,72

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Segundo dados do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, exercício anterior e o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, exercício de 2018 foi apurado o limite para o repasse de duodécimo ao Poder Legislativo chegando-se ao seguinte:

TOTAL DE DUODÉCIMOS REPASSADOS À CÂMARA DE VEREADORES	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
Limite Constitucional- Art. 29-A	3.377.051,72
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	3.839.000,00
Valor permitido	3.377.051,72
Valor efetivamente repassado à Câmara	3.377.051,72

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Comparativo da despesa autorizada com a realizada.

Demonstrativo que evidencie os repasses e duodécimos feitos à Câmara Municipal, com os valores e datas dos repasses mês a mês.

A tabela abaixo demonstra os repasses realizados no exercício de 2018:



REPASSE CONCEDIDO A CÂMARA		
EXERCÍCIO DE 2018	VALOR REPASSADO	Data do Repasse
	Duodécimo	
janeiro	R\$ 267.074,31	19/01/2018
fevereiro	R\$ 267.074,31	09/02/2018
março	R\$ 267.074,31	20/03/2018
abril	R\$ 324.460,95	10/04/2018
maio	R\$ 281.420,98	18/05/2018
junho	R\$ 281.420,98	19/06/2018
julho	R\$ 281.420,98	16/07/2018
agosto	R\$ 281.420,98	17/08/2018
setembro	R\$ 281.420,98	19/09/2018
outubro	R\$ 281.420,98	19/10/2018
novembro	R\$ 281.420,98	19/11/2018
dezembro	R\$ 281.420,98	13/12/2018
TOTAL	R\$ 3.377.051,72	

Conforme o levantamento dos repasses realizados pelo Município à Câmara de Vereadores, verifica-se que foram os valores permitidos, sendo desta forma, considerado cumprido o artigo 29-A.

Constatou-se que os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês, conforme preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

4. Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2018, alcançou o total de R\$ 74.754.334,02, conforme verifica-se a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITAS CORRENTES	90.850.610,56
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.850.533,68
1.2. Receitas de Contribuições	1.718.478,40
1.3. Receitas Patrimoniais	157.121,89
1.4. Receitas Agropecuária	-
1.5. Receitas Industriais	-
1.6. Receitas de Serviços	1.327.785,01
1.7. Transferências Correntes	78.472.486,40
1.8. Outras Receitas Correntes	324.205,18
2. (-) DEDUÇÕES	- 8.359.788,59
2.1. Contribuição dos segurados para o RPPS	-
2.2. Compensação financeira entre regime previdenciários	-
2.3. Dedução da Receita para formação do FUNDEB	- 8.359.788,59
2.4. Duplicidades	-
3. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)	82.490.821,97

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)



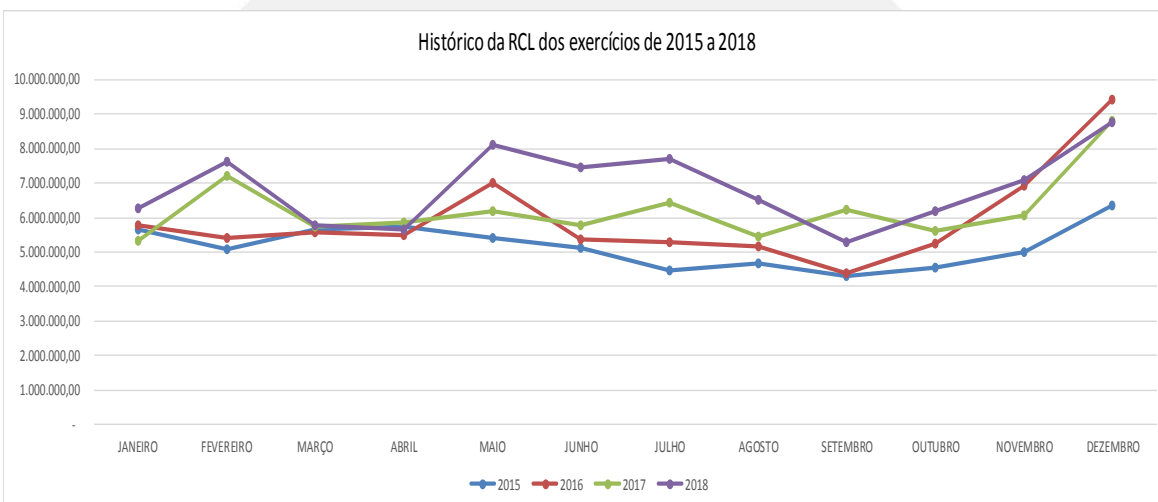
Observa-se abaixo a Receita Corrente Líquida Mensal por Entidade no exercício de 2018.

EXERCÍCIO DE 2018													
ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2018
PREFEITURA	5.849.291,57	7.086.552,49	5.240.164,64	4.636.860,56	7.604.700,89	5.932.370,39	7.166.495,95	5.893.330,53	4.786.319,12	5.659.684,74	6.603.098,48	7.881.881,22	74.340.750,58
FUNDO DE SAÚDE	403.430,19	518.956,15	463.211,86	781.217,49	495.310,08	1.453.690,39	480.838,72	515.429,28	437.908,11	470.299,52	465.315,72	781.401,80	7.267.009,31
FMAS	1.249,39	16.453,21	80.321,99	221.558,64	20.432,69	68.929,66	75.457,11	109.461,22	56.481,94	78.421,91	30.920,91	123.373,41	883.062,08
CTTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONIAPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DA RCL	6.253.971,15	7.621.961,85	5.783.698,49	5.639.636,69	8.120.443,66	7.454.990,44	7.722.791,78	6.518.221,03	5.280.709,17	6.208.406,17	7.099.335,11	8.786.656,43	82.490.821,97

HISTÓRICO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS EXERCÍCIOS DE 2015 A 2018

EXERCÍCIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR EXERCÍCIO
2015	5.669.021,82	5.102.427,63	5.647.272,74	5.745.918,84	5.423.574,39	5.130.822,54	4.453.998,61	4.682.086,78	4.290.172,24	4.537.015,00	5.013.396,71	6.341.977,49	62.037.684,79
2016	5.782.319,00	5.428.262,15	5.594.235,47	5.490.906,33	6.998.501,26	5.387.733,92	5.288.665,93	5.160.685,52	4.386.736,19	5.253.936,74	6.938.241,22	9.404.501,94	71.114.725,67
2017	5.344.622,12	7.207.540,52	5.726.766,27	5.852.416,63	6.192.172,49	5.780.598,96	6.445.367,92	5.454.529,21	6.239.404,10	5.632.096,07	6.079.256,01	8.799.563,72	74.754.334,02
2018	6.253.971,15	7.621.961,85	5.783.698,49	5.639.636,69	8.120.443,66	7.454.990,44	7.722.791,78	6.518.221,03	5.280.709,17	6.208.406,17	7.099.335,11	8.786.656,43	82.490.821,97

Histórico da RCL dos exercícios de 2015 a 2018



5. Despesa total com pessoal

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), art. 20, inciso III, a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida do período de apuração.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo, no último quadrimestre do exercício de 2018, alcançou R\$ 44.033.626,63, representando um percentual de 53,38% em relação a Receita Corrente Líquida do Município, dentro do limite estabelecido no citado dispositivo legal.



Apuração da Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo	
Período de apuração: janeiro a dezembro /2018	
Descrição	Valor (R\$)
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	44.510.389,53
1.1. Ativo	44.248.811,69
1.1.1. Contratação por Tempo Determinado	16.005.951,29
1.1.2. Salário-Família	
1.1.3. Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.364.481,66
1.1.4. Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto)	7.859.022,09
1.1.5. Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1.1.6. Indenizações Trabalhistas	1.804,58
1.1.7. Sentenças Judiciais	
1.1.8. Despesas de Exercícios Anteriores	17.552,07
1.1.9. Outros (especificar a baixo)	
1.2. Inativo e Pensionista	261.577,84
1.2.1. Aposentadoria e Reforma	193.301,84
1.2.2. Pensões	68.276,00
1.2.3. Outros Benefícios Previdenciários	
1.2.4. Salário-Família	
1.2.5. Sentenças Judiciais	
1.2.6. Despesas de Exercícios anteriores	
1.2.7. Outros	
1.3. Outras despesas de pessoal (§1º, art. 18, da LRF)	
2. DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19 da LRF)	17.552,07
2.1. Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (vide art. 19, § 1º, I e II da LRF)	
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	-
2.3. Despesas de exercícios anteriores	17.552,07
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	
3. Verbas indenizatórias - 1/3 de férias, conforme acordo TC 0355/2018)	459.210,82
3. DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP = (1-2-3)	44.033.626,64
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	82.490.821,97
5. COMPROMETIMENTO DA DTP = DTP/RCL (100%)	53,38%

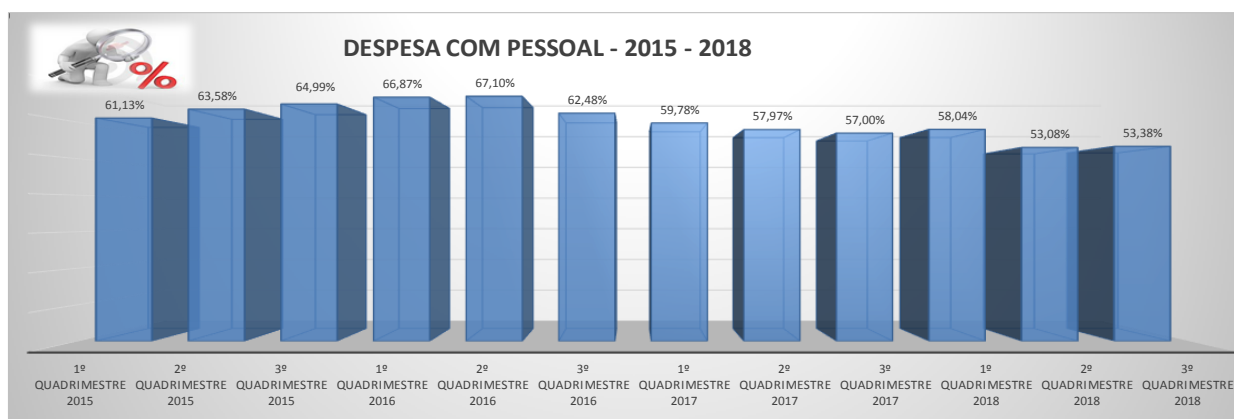
Fonte: Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

A tabela abaixo demonstra a trajetória do comprometimento da despesa com pessoal quadrimestralmente nos exercícios de 2015 a 2018:



DESPESA COM PESSOAL												
Despesa	RGF - 2015			RGF - 2016			RGF - 2017			RGF - 2018		
	1º Quadrimestre 2015	2º Quadrimestre 2015	3º Quadrimestre 2015	1º Quadrimestre 2016	2º Quadrimestre 2016	3º Quadrimestre 2016	1º Quadrimestre 2017	2º Quadrimestre 2017	3º Quadrimestre 2017	1º Quadrimestre 2018	2º Quadrimestre 2018	3º Quadrimestre 2018
Despesa com Pessoal	R\$ 36.899.440,73	R\$ 38.883.077,39	R\$ 40.318.345,77	R\$ 41.575.127,96	R\$ 43.828.578,61	R\$ 44.433.140,89	R\$ 43.611.044,28	R\$ 42.894.139,80	R\$ 42.613.038,23	R\$ 44.065.468,36	R\$ 43.455.506,53	R\$ 44.033.626,63
Receita Corrente Líquida	R\$ 60.364.397,18	R\$ 61.159.468,97	R\$ 62.037.684,79	R\$ 62.168.766,71	R\$ 65.313.871,02	R\$ 71.114.725,67	R\$ 72.950.386,46	R\$ 73.987.468,41	R\$ 74.754.334,02	R\$ 75.922.256,66	R\$ 81.866.062,83	R\$ 82.490.821,87
Percentual Aplicado %	61,13%	63,58%	64,99%	66,87%	67,10%	62,48%	59,78%	57,97%	57,00%	58,04%	53,08%	53,38%



Conforme gráfico acima, observa-se que a prefeitura de Toritama transcorria historicamente acima do limite de gastos com despesas com pessoal, contrariando o disposto no artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, verifica-se que a atual gestão tomou medidas para cumprir a legislação, a exemplo de incremento na receita tributária própria. E verifica-se que a partir do segundo quadrimestre o Município enquadrou-se no limite estabelecido na legislação, concluindo o exercício com o percentual de **53,38%**.

6. Dívida Consolidada Líquida

O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

O percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida para a Dívida Consolidada Líquida está bem abaixo do limite máximo permitido, conforme apuração abaixo:



Apuração da Dívida Consolidada Líquida (art. 55, I, "b" da LRF)	
Mês de referência: dezembro / Período de apuração: janeiro a dezembro/2018	
Apuração da Dívida Consolidada Líquida (art. 55, I, "b" da LRF)	
Mês de referência: dezembro / Período de apuração: janeiro a dezembro/2018	
Descrição	Valor (R\$)
Dívida Consolidada - (DC) - (I)	17.654.938,51
Dívida Mobiliária	-
Dívida Contratual	17.654.938,51
INSS	17.654.938,51
PASEP	-
Demais dívidas contratuais	-
Precatórios	-
Demais Dívidas	-
DEDUÇÕES (II)	1.843.734,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.635.793,29
(-) Restos a Pagar Processados	8.031.175,19
Demais Haveres Financeiros	1.843.734,66
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL = (1+2)	15.811.203,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	82.490.821,97
COMPROMETIMENTO DA DCL = (DCL/RCL)X100(%)	19,17%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO - 120%	98.988.986,36
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	89.090.087,72

Fonte: Anexo 2 do RGF - 3º quadrimestre/2018

A relação entre DCL e RCL foi de 19,17%, estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

7. Operação de Crédito

O Município não realizou Operações de Crédito no exercício de 2018, por conseguinte, não há o que relatar a este respeito pelo Sistema de Controle Interno.

8. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

De acordo com o art. 212 da Constituição Federal os Municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no mínimo 25% da Receita Resultante de Impostos (RRI), incluindo as transferências estaduais e federais. A tabela abaixo demonstra a aplicação das RRI nas despesas com MDE no exercício de 2018:

RECEITAS E DESPESAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO (MDE)	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018
Receitas Resultantes de Impostos - RRI (Art. 212 da CF)	50.169.741,95
Valor mínimo a aplicar no MDE (25% da RRI)	12.542.435,49
Despesas Típicas de MDE para fins de Limite	15.193.933,21
% Aplicado da RRI em MDE	30,29%

Fonte: Anexo 08 do 6º bimestre do RREO de 2018



O Município aplicou um montante de R\$ 15.193.933,21, que corresponde a um percentual de 30,29%, cumprindo a exigência de aplicação contida no *caput* do art. 212 da Constituição Federal (25%).

9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art.22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal.

Observando o montante de recursos registrados nos demonstrativos da receita do FUNDEB a Prefeitura de Toritama aplicou, em **2018, R\$ 23.066.381,55**, equivalentes a **70,59%** dos recursos anuais totais na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO		
(art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/1996, e art. 22 da MP 339/2006, convertida na Lei Federal nº 11.494/2007)		
DESCRIÇÃO	VALOR	
A	VALOR RECEBIDO DO FUNDEB	23.368.061,51
B	APLICAÇÃO FINANCEIRA	17.015,22
C	RECEITA TOTAL DO FUNDEB (A + B)	23.385.076,73
D	MÍNIMO A SER APLICADO: (0,60 X C)	14.031.046,04
E	TOTAL DA DESPESA COM O PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO	16.506.651,77
	PERCENTUAL APLICADO: (E / C X 100%)	70,59%

Fonte: Anexo 08 do 6º bimestre do RREO de 2018.

Considerando que o percentual aplicado está acima do limite mínimo exigido na legislação, constatamos que no exercício 2018, **houve o cumprimento do percentual estabelecido pelos dispositivos legais.**



10. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

O Município de Toritama aplicou um montante de R\$ 9.636.217,83 com gastos em ações e serviços públicos de saúde, que correspondente a um percentual de 20,20%, cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018
Receitas para Apuração da Aplicação em ações e Serviços Públicos de Saúde	47.701.065,65
Valor mínimo a aplicar com Saúde (15%)	7.155.159,85
Despesas Com Saúde	9.636.217,83
Percentual Aplicado com Saúde	20,20%

Fonte: Anexo 12 do 6º bimestre do RREO de 2018

SUBFUNÇÃO DA SAÚDE	EXERCÍCIO DE 2018
	EMPENHADO
301 - Atenção Básica	R\$ 5.938.746,29
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 9.566.471,54
303 - Suporte profilático e Terapêutico	R\$ 358.234,25
304 - Vigilância Sanitária	R\$ 511,03
305 - Vigilância epidemiológica	R\$ 479.066,77
Outras subfunções (122)	R\$ 2.586.584,39
TOTAL	R\$ 18.929.614,27

Diante do exposto, a aplicação foi superior ao limite legal de 15%, estando cumprida conforme análises nos relatórios no tocante a aplicação de impostos em ações e serviços públicos de saúde em 2018.

11. Dados relevantes:

11.1 – Área da Saúde: Observa-se que o custo médio/ano do total da despesa com ações e serviços públicos de saúde por habitante foi de **R\$ 427,75**, conforme tabela abaixo:



CUSTO MÉDIO/ANO DA DESPESA (corrente/capital) COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE POR HABITANTE		
a) Total da despesa empenhada em saúde	R\$	18.929.614,27
b) Número de habitantes, conforme IBGE		44.254
c) Custo médio/ano da despesa geral com saúde por habitante (A / B)	R\$	427,75

11.2 – Área da Educação: O Município de Toritama arrecadou no exercício de **2018** o valor de **R\$ 651.464,00** referente ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE), conforme segue:

PROGRAMA	RECEITA ARRECADADA (R\$)	%
MAIS EDUCAÇÃO - Fundamental	R\$ 39.760,00	6,10%
PNAE - Alimentação Escolar - Creche	R\$ 52.430,00	8,05%
PNAE - Alimentação Escolar - EJA	R\$ 46.464,00	7,13%
PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola	R\$ 100.534,00	15,43%
PNAE - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	R\$ 412.276,00	63,28%
TOTAL	R\$ 651.464,00	100,00%

A despesa realizada com alimentação escolar foi de **R\$ 1.137.970,54**, sendo **R\$ 650.740,90** financiados **com recursos do PNAE** e R\$ 487.229,64 com recursos do tesouro municipal, representando respectivamente, **57,18%** e **42,82%**.

DESPESA COM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Recurso financeiro do PNAE (União)	Recurso financeiro Próprio (Município)	TOTAL
Despesa realizada com alimentação escolar	R\$ 650.740,90	R\$ 487.229,64	R\$ 1.137.970,54

Percentual da despesa com alimentação escolar aplicado com recurso do PNAE (União)	57,18%
Percentual da despesa com alimentação escolar aplicado com recurso próprio (Município)	42,82%

A legislação estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados para o programa alimentação escolar, seja aplicado com agricultura familiar. Portanto, do montante de **R\$ 650.740,90** arrecadados, o Município aplicou **39,30%**.

Agricultura Familiar		
Valor mínimo a aplicar na Agricultura Familiar (30%)	R\$	195.439,20
Valor aplicado (R\$)	R\$	256.048,12
Percentual aplicado (%)		39,30%

Observa-se que o custo médio/ano do total da despesa com alimentação escolar por aluno da rede municipal de ensino foi de **R\$ 162,82**, conforme tabela abaixo:



CUSTO MÉDIO/ANO DA DESPESA COM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR POR ALUNO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
a) Total da despesa empenhada com alimentação escolar (financiada pela União e Município)	R\$ 1.137.970,54
b) Total de alunos matriculados na rede municipal de ensino (censo escolar 2018)	6.989
c) Custo médio/ano da despesa com alimentação escolar por aluno na rede municipal de ensino (A / B)	R\$ 162,82

Já o custo médio/ano do total da despesa com educação por ano da rede municipal de ensino no exercício de 2018 foi de **R\$ 4.625,95**.

CUSTO MÉDIO/ANO DA DESPESA (corrente/capital) COM EDUCAÇÃO POR ALUNO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
a) Total da despesa empenhada em Educação (subfunção Ensino Fundamental, Ensino Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial)	R\$ 32.330.755,18
b) Total de alunos matriculados na rede municipal de ensino (censo escolar 2018)	6.989
c) Custo médio/ano da despesa geral com educação por aluno na rede municipal de ensino (A / B)	R\$ 4.625,95

12. Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2018.

A Controladoria Geral do Município pautou sua atuação conforme preconiza os dispositivos legais e em especial a Resolução TC Nº. 01/2009, procurando orientar a gestão e todos os atores envolvidos com a Administração. Importante frisar as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÃO	OBJETO
Ofício CGM Nº. 009/2018	Recomendação a Secretaria de Obras e Urbanismo para Adotar Procedimentos de Controle Interno na aquisição e guarda de materiais de construção
Ofício CGM Nº. 010/2018	Recomendação a Secretaria de Educação para Observar a Resolução TC nº. 06/2013 (Transporte Escolar).
Ofício CGM Nº. 011/2018	Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos.
Ofício CGM Nº. 014/2018	Recomendação a Secretaria de Saúde para realização de Processo Seletivo Simplificado e Realização de Concurso Público.
Ofício CGM Nº. 022/2018	Alerta da Despesa com Pessoal.
Ofício CGM Nº. 073/2018	Encaminhamento do Cálculo do Duodécimo-Exercício 2018 à Secretaria da Fazenda.
Ofício CGM Nº. 089/2018	Alerta da Despesa com Pessoal
Ofício CGM Nº. 091/2018	Solicitação à Saúde da relação com nome do responsável, quadro funcional e endereços de todas as unidades de saúde do Município.



RECOMENDAÇÃO	OBJETO
Ofício CGM Nº. 099/2018	Encaminhamento da Instrução Normativa Nº. 01/2018- que estabelece normas e procedimentos para regulamentar as atividades de recebimento, tombamento, registro, controle, movimentação, baixa e inventário de bens patrimoniais móveis e imóveis.
Ofício CGM Nº 104/2018	Reiteração do Ofício CGM Nº. 183/2017 a Assistência Social, requerendo os valores pagos em 2017 a título de juros e mora nos recolhimentos da Previdência Social, faturas de energia elétrica, multas e infrações referente ao Exercício 2016.
Ofício CGM Nº 105/2018	Reiteração do Ofício CGM Nº. 183/2017 a Saúde, requerendo os valores pagos em 2017 a título de juros e mora nos recolhimentos da Previdência Social, faturas de energia elétrica, multas e infrações referente ao Exercício 2016.
Ofício CGM Nº. 106/2018	Análise do Histórico dos Empenhos Liquidados da Assistência Social, recomendando a melhoria na redação dos mesmos.
Ofício CGM Nº. 107/2018	Encaminhamento aos Secretários Municipais da Instrução Normativa Nº. 01/2018- que estabelece normas e procedimentos para regulamentar as atividades de recebimento, tombamento, registro, controle, movimentação, baixa e inventário de bens patrimoniais móveis e imóveis.
Ofício Circular CGM Nº. 118/2018	Encaminhamento de Questionário para Cumprimento da Resolução TC Nº. 018/2017- Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM-TCE/PE- Secretaria da Fazenda. (Gestão Fiscal).
Ofício Circular CGM Nº. 118/2018	Encaminhamento de Questionário para Cumprimento da Resolução TC Nº. 018/2017- Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM-TCE/PE- Secretaria de Planejamento e Gestão. (Planejamento e Governança em Tecnologia da Informação).
Ofício Circular CGM Nº. 118/2018	Encaminhamento de Questionário para Cumprimento da Resolução TC Nº. 018/2017- Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM-TCE/PE- Secretaria de Saúde. (Saúde).



RECOMENDAÇÃO	OBJETO
Ofício Circular CGM Nº. 118/2018	Encaminhamento de Questionário para Cumprimento da Resolução TC Nº. 018/2017- Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM-TCE/PE- Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia. (Educação).
Ofício Circular CGM Nº. 118/2018	Encaminhamento de Questionário para Cumprimento da Resolução TC Nº. 018/2017- Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM-TCE/PE- Secretaria de Ordem Social. (Cidades Protegidas).
Ofício Circular CGM Nº. 118/2018	Encaminhamento de Questionário para Cumprimento da Resolução TC Nº. 018/2017- Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM-TCE/PE- Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura. (Meio Ambiente).
Ofício CGM Nº. 212/2018	Solicitação a Saúde das Planilhas Comprobatórias de Abastecimento de Veículos, nos moldes das recomendações desse Controle Interno.
Ofício CGM Nº. 132/2018	Acórdão do Tribunal de Contas de Pernambuco- T.C Nº. 0418/18- RECURSOS DO FUNDEF. Encaminhado ao Prefeito e a Secretaria de Educação.
Ofício CGM Nº. 133/2018	Solicitação de Cópia de Documentos relacionados ao Transporte Escolar do Município (Resolução TC Nº. 06/2013) a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia.
Ofício CGM Nº. 174/2018	Reiteração do Ofício CGM Nº. 133/2018 que solicitou cópia de documentos relacionados ao Transporte Escolar.
Ofício CGM Nº. 176/2018	Análise dos pagamentos dos combustíveis em 2018, recomendando a notificação ao fornecedor para devolução de valores excedentes pagos.
Ofício CGM Nº. 183/2018	Solicitação para Cadastro dos Motoristas com nome completo e sem apelidos no Sistema de Controle de Combustíveis a Secretaria de Planejamento e Gestão/Diretoria de Gestão Administrativa.



RECOMENDAÇÃO	OBJETO
Ofício CGM Nº. 187/2018	Recomendação aos Secretários Municipais sobre Atesto das Notas Fiscais de Aquisição de Bens de Consumo, Bens Permanentes, Prestação de Serviços Comuns, Obras e Serviços de Engenharia.
Ofícios CGM Nºs : 191/194/195/196/197/198/199/200/201/203/204/205/206	Instruções aos Secretários Municipais para o cadastro do e-mail institucional.
Ofício CGM Nº. 213/2018	Recomendação para Anulação do Processo Licitatório nº. 213/2018, Tomada de Preços nº. 001/2018.
Ofício CGM Nº. 213/2018	Recomendação para Anulação do Processo Licitatório nº. 213/2018, Tomada de Preços nº. 001/2018.
Ofício CGM Nº. 257/2018	Alerta sobre a Despesa com Pessoal
Ofício CGM Nº. 268/2018	Reiteração sobre o Cumprimento da Resolução TC Nº. 06/2013 (Transporte Escolar) à Educação.
Ofício CGM Nº. 269/2018	Alerta aos Secretários Municipais para realização de novas despesas, sem lastro financeiro.
Ofício CGM Nº. 270/2018	Alerta a Secretaria de Educação sobre as alterações no Sistema SIOPE e prazo final para validação dos dados.
Ofício Circular CGM Nº. 279/2018	Encaminhamento da Resolução TC Nº. 37/2018.

13. Auditorias realizadas:

Durante o Exercício 2018 foram realizadas as seguintes auditorias operacionais, cujos relatórios encontram-se na Controladoria Geral do Município:

13.1 Auditoria na Merenda Escolar do Município;

13.2 Relatório Anual da Controladoria;

13.3 Auditoria no Contrato de Gerenciamento de Frota de veículos;

13.4 Auditoria- Depósito da Merenda e Almoxarifado Central;

13.5 Auditoria nas Informações enviadas na GFIP das Contribuições Sociais correspondentes à Folha de Pagamento e Prestadores de Serviços;



14. Demandas atendidas na Ouvidoria Municipal

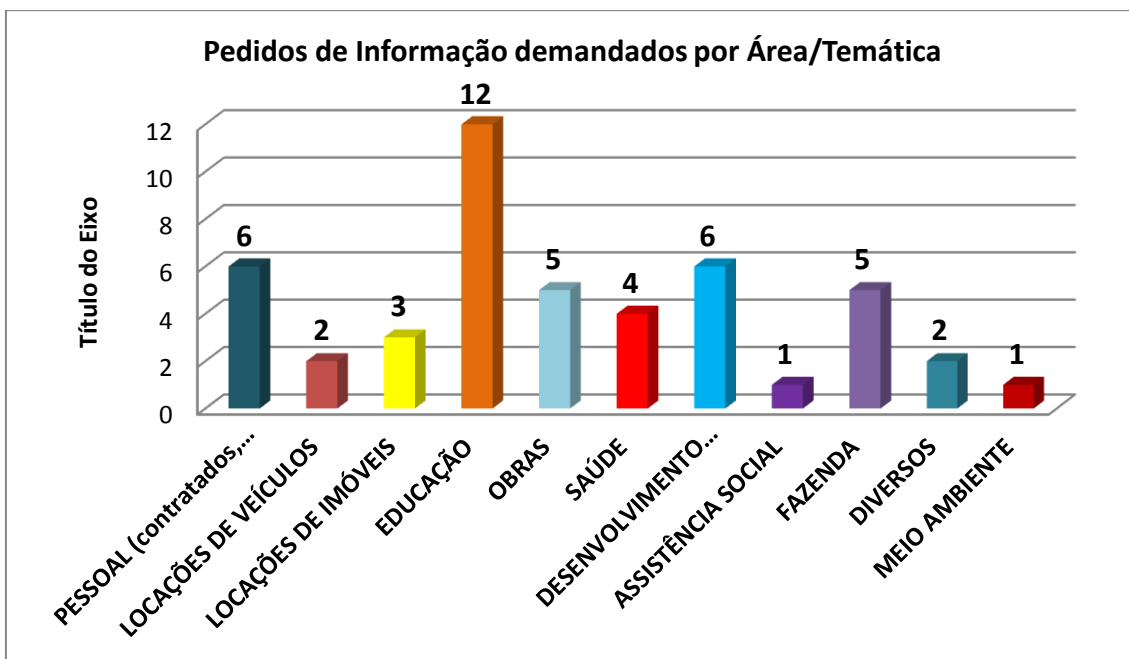
A Ouvidoria Municipal está dentro da Estrutura Administrativa da Controladoria Geral do Município. Abaixo, representamos resumidamente a tabela com o total de manifestações recepcionadas pela Ouvidoria Municipal no Exercício 2018:

Tipo de Manifestação	Quantidade de Atendimentos
Reclamação	99
Sugestão	18
Solicitação	107
Elogio	22
Outros	13
Denúncia	73
Críticas	10
Dúvidas	36
Total	378



15. Sistema de Informação ao Cidadão- SIC FÍSICO/e-SIC.

Foram respondidos 47 (quarenta e sete) pedidos de Informações no Exercício 2018, através do **SIC-FÍSICO** na Controladoria, esse quantitativo fora demandado do Poder Legislativo.



No sistema **e-SIC** foram recepcionados 35 (trinta e cinco pedidos) antes da implantação do novo sistema e 14 pedidos após a implantação no Novo e-SIC.

16. Considerações Finais.

A Controladoria-Geral do Município vem buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle e realizando diversas ações de fiscalização, visando o acompanhamento para a efetiva e proba aplicação dos recursos públicos. A meta para o Exercício 2019 é aumentar a atuação do controle preventivo, trabalhando na diminuição de falhas e possíveis danos ao erário e ajudando assim na efetividade da gestão pública municipal.

As ações da Controladoria foram pautadas dentro dos ditames legais, buscando orientar os agentes envolvidos no processo de gestão pública do Município e as recomendações exaradas por esse órgão de controle interno estão sendo atendidas o que corroboramos diante das análises da gestão, como a diminuição da despesa com pessoal e melhoramento dos índices de liquidez.

O presente relatório esboça de forma sucinta as atuações do Controle Interno Municipal durante o exercício de 2018.

É o Relatório
Toritama- PE, 29 de março de 2019.

Áureo Saturnium da Silva Falcão
Controlador Geral do Município